

AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS

CONCURSO PÚBLICO

com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia

(alínea a) do número 1 do artigo 20.º e artigo 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos)

PRR1 2023-001

CADERNO DE ENCARGOS

DESIGNAÇÃO DO PROCEDIMENTO

Aquisição de equipamentos informáticos, para as secções de formação do CPJ, no âmbito do Investimento RE-C06-i01: “Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional – Subinvestimento Modernização da Formação Profissional” do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A Presidente do Conselho de Administração

(Ana Paula Antunes)

Considerando que,

- a) Na sequência da aprovação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) Português, pela Comissão Europeia a 16 de Junho de 2021 e por Decisão de Execução do Conselho da União Europeia, de 13 de Julho de 2021, a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP), na qualidade de entidade responsável pela coordenação e gestão dos investimentos do PRR, celebrou, a 07 de setembro de 2021, com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P., um contrato de financiamento para a implementação e execução do investimento RE-C06-i01 “Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional – Subinvestimento Modernização da Formação Profissional”, previsto na componente 6 “Qualificações e Competências”, destinado à modernização e instalação de centros de formação profissional da rede do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P.
- b) O Instituto do Emprego e da Formação Profissional, IP (IEFP, I.P.) enquanto beneficiário direto e organismo responsável pela execução física e financeira do investimento, estabeleceu, ao abrigo do ponto 3.1. da Orientação Técnica n.º 1/2021, de 30 de julho, da EMRP, homologada a 08 de agosto pelo Ministro do Planeamento, uma parceria com o Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça (CPJ), na qualidade de centro de formação profissional de gestão participada do IEFP, I.P., para a concretização do referido investimento, através da outorga de uma Carta de Compromisso e seus anexos.
- c) Com a assinatura da Carta de Compromisso, o Centro (CPJ) enquanto parceiro do IEFP, I.P., na implementação física e financeira do Investimento acima identificado, assume a obrigação de concretizar e executar o plano de investimentos acordado, de acordo com o cronograma de execução, bem como as metas e marcos definidos e respetivo calendário.

Cláusula 1.ª

(Objeto)

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual, na modalidade de concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia e que tem por objeto a aquisição, por lotes, de equipamentos informáticos, nos termos das **Especificações Técnicas do anexo A**, apenas ao presente caderno de encargos, para as várias secções de formação do CPJ, no âmbito do investimento RE-C06-i01 “Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional – Subinvestimento Modernização da Formação Profissional”, previsto na componente 6 “Qualificações e Competências” do Plano de Recuperação e Resiliência.
2. O caderno de encargos inclui todos os seus anexos, considerados partes integrantes do mesmo.

Cláusula 2.ª

(Contrato)

1. O contrato é reduzido a escrito, nos termos do artigo 94.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, adiante designado simplesmente por CCP, e é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, regulado nos termos do disposto nos artigos 278º e seguintes do CCP, em especial o plasmado nos termos dos seus artigos 437º e seguintes, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.
2. É celebrado um contrato por cada lote, sem prejuízo da celebração de contratos que combinem vários lotes, desde que, seja com o mesmo cocontratante.
3. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

4. Em caso de divergências entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
5. Em caso de divergências entre os documentos referidos no número 3 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos aceites pelo Adjudicatário, de acordo com o disposto no artigo 99.º e 101.º do referido diploma legal.
6. Além dos documentos indicados no número 3, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.
7. Em caso de divergência entre as obrigações a que se refere o número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicadas.

Cláusula 3.ª

(Obrigações principais do Adjudicatário)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário, as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de entrega dos equipamentos, em conformidade com os termos das especificações técnicas identificadas na proposta, no prazo estabelecido;
 - b. Obrigação de garantia dos equipamentos.
2. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no DL n.º 84/2021, de 18 de Outubro, que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e à respetiva garantia de conformidade.
3. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e técnicos que sejam necessários e adequados, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à execução integral e atempada das obrigações a seu cargo.

Cláusula 4.ª

(Vigência)

O contrato tem início na data da sua assinatura e mantém-se em vigor até ao fornecimento integral dos bens e o respetivo pagamento, em conformidade com as especificações técnicas e demais condições contratuais

e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 5.ª

(Prazo de entrega)

O Adjudicatário obriga-se a fornecer os equipamentos objeto do contrato, nos termos das especificações técnicas do Anexo A do presente Caderno de Encargos, aí se incluindo toda a documentação técnica necessária para a utilização, em pleno, dos equipamentos, para o fim a que se destinam, no prazo indicado na(s) sua(s) propostas, o qual não poderá ultrapassar o prazo máximo de 30 de novembro de 2023.

Cláusula 6.ª

(Locais de entrega e agendamento prévio)

Para que a entidade adjudicante possa dar cumprimento às suas obrigações no âmbito do PRR, os bens a fornecer devem ser entregues, acompanhados dos documentos de transporte, nos locais identificados no anexo B, em dia e em horário a acordar previamente com a entidade adjudicante, mediante contacto eletrónico para o e-mail a identificar no contrato, sob pena de a prestação não ser aceite.

Cláusula 7.ª

(Preço base)

1. O preço base, considerado como o preço máximo que a entidade se dispõe a pagar, para o fornecimento da totalidade dos equipamentos objeto do presente procedimento, é de **€577.850,00 (quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta euros)**, a que acrescerá o IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base, para cada um dos lotes está discriminado no anexo A, do presente documento.
3. O preço base inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes ao objeto do contrato a celebrar, incluindo as despesas de deslocação e entrega, despesas de armazenamento e conservação de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, ou quaisquer outras despesas, qualquer que seja a sua natureza.

Cláusula 8.ª

(Preço contratual e condições de pagamento)

1. Em contrapartida pelo fornecimento dos equipamentos objeto do contrato, a entidade adjudicante pagará ao adjudicatário o preço contratual, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, no prazo de 30 dias, contados a partir da data de receção da fatura, não devendo este prazo exceder, em qualquer caso, os 60 dias.
2. A fatura será emitida com a disponibilização dos equipamentos objeto do presente caderno de encargos, no modelo a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, por efeito da transposição da Diretiva n.º 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa à faturação eletrónica nos contratos públicos e deverá ser compatível com o sistema de faturação implementado pela entidade adjudicante (solução de faturação da YET), devendo constar, obrigatoriamente e sob pena de não aceitação dos referidos documentos, a menção do número de compromisso a fornecer pela entidade adjudicante, bem como dos elementos a que se refere o n.º 1 do referido preceito legal, que ora se reproduz, sempre que seja aplicável:
 - a) *Identificadores do processo e da fatura;*
 - b) *Período de faturação;*
 - c) *Informações sobre o cocontratante; Informações sobre o contraente público;*
 - d) *Informações sobre a entidade beneficiária, se distinta da anterior;*
 - e) *Informações sobre o representante fiscal do cocontratante;*
 - f) *Referência do contrato;*
 - g) *Condições de entrega;*
 - h) *Instruções de pagamento;*
 - i) *Informações sobre ajustamentos e encargos;*
 - j) *Informações sobre as rubricas da fatura;*
 - k) *Totais da fatura.*
3. O pagamento de qualquer fatura está dependente do cumprimento, por parte do adjudicatário, da demonstração da situação tributária e contributiva se encontrar devidamente regularizada, bem como do cumprimento do regime de faturação eletrónica, exceto nos casos em que não é legalmente obrigatório, incumbindo ao adjudicatário a alegação e prova.
4. Na eventualidade de não cumprimento do prazo referido no número 1, decorrem as consequências previstas na Lei, nomeadamente no artigo 326.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

5. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e/ou proceder à emissão de fatura corrigida ou, em alternativa, de nota de crédito.
6. Desde que devidamente emitida e conferida pela Entidade Adjudicante, a fatura será paga, preferencialmente, através de transferência bancária, para o IBAN indicado na ficha de fornecedor.

Cláusula 9.ª

(Gestor do contrato)

No clausulado do contrato será identificado o trabalhador, que irá exercer, em nome da entidade adjudicante, as funções relacionadas com o acompanhamento permanente da execução do contrato, nos termos do artigo 290º-A do CCP.

Cláusula 10.ª

(Dever de sigilo)

1. O Adjudicatário, por si e através dos seus agentes, obriga-se a garantir rigoroso sigilo quanto a informações e documentação que os seus profissionais venham a ter acesso, por força da presente aquisição, relacionadas com a atividade da Entidade Adjudicante, inclusive após a execução do contrato.
2. Exclui-se do dever de sigilo acima previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou a que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.ª

(Prazo do dever de sigilo)

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais

relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 12.^a

(Dados Pessoais)

1. O Adjudicatário compromete-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, de 27 de abril de 2016, da Lei 58/2019, de 08 de agosto de 2019 e demais legislação comunitária e nacional que lhe seja aplicável relativamente a dados pessoais.
2. Todos os dados pessoais que vierem a figurar no contrato a celebrar serão tratados com a finalidade de formação e execução da relação contratual, ou para outras finalidades que decorram de obrigações legais a que o contraente público esteja adstrito.
3. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a CPJ venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte daquele ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

Cláusula 13.^a

(Penalidades contratuais)

1. Pelo atraso no cumprimento de obrigações emergentes do contrato, por motivos imputáveis ao adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir o pagamento de uma pena pecuniária, calculada nos termos seguintes:
$$\text{Sanção} = \text{Valor do contrato} \times A/100$$
, em que A, corresponde ao número de dias em atraso.
2. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos, em caso de resolução do contrato, com fundamento no incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir o pagamento de uma pena pecuniária, no valor de 20% do preço contratual.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

4. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija indemnização pelo incumprimento, nos termos gerais de Direito.

Cláusula 14.^a

(Força maior)

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações e obrigações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, devidamente comprovado e aceite, entendendo-se como tal as circunstâncias ou acontecimentos imprevisíveis e excepcionais, que impossibilitem a respetiva realização, porquanto alheios à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, nomeadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança.
4. A ocorrência de circunstâncias ou acontecimentos que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. Para efeitos do disposto no número anterior, a parte que invocar caso de força maior deve comunicar, por escrito, e justificar tais situações à outra parte, bem como comunicar qual o prazo previsível para o restabelecimento da situação normal.
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15.ª

(Resolução por parte da Entidade Adjudicante)

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, a Entidade Adjudicante pode ainda resolver o contrato, no caso do adjudicatário violar, culposamente e de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, considerando-se, desde já, como incumprimento definitivo por parte do adjudicatário, o não cumprimento do prazo máximo de entrega integral dos equipamentos, fixado na cláusula 5.ª do presente caderno de encargos.
2. O incumprimento, por parte do Adjudicatário, confere, nos termos gerais de direito, à Entidade Adjudicante, além da faculdade de rescindir o contrato, o direito às correspondentes indemnizações legais.
3. O direito de resolução referido nos números anteriores exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações de serviços já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 16.ª

(Resolução por parte do Adjudicatário)

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante, que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido mediante declaração escrita enviada à Entidade Adjudicante, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 17.ª

(Subcontratação e cessão da posição contratual)

1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da parte contrária, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos.
2. Atento o disposto no número anterior, o adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual no contrato, ou qualquer dos direitos ou obrigações que dele decorram, sem autorização, prévia e por escrito, da Entidade Adjudicante.
3. Para efeitos da autorização referida no número anterior, o cessionário deve apresentar toda a documentação exigida ao adjudicatário no âmbito do procedimento que deu origem ao contrato.
4. O cessionário, que deve deter a necessária capacidade técnico-financeira para assegurar o bom, exato e pontual cumprimento do contrato, deve comprovar, designadamente, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Cláusula 18.ª

(Alteração ao contrato)

1. Qualquer alteração ao contrato será objeto de acordo prévio das partes e apenas será válida após a aprovação expressa do órgão competente para a decisão de contratar.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, qualquer alteração ao contrato deve ser objeto de adenda escrita, com produção de efeitos a partir da data que se fixar, mas nunca em momento anterior à data da sua assinatura.
3. A alteração ao contrato não pode conduzir à modificação das prestações principais abrangidas pelo contrato nem configurar uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência garantida na fase de formação do mesmo.

Cláusula 19.ª

(Comunicações e notificações)

1. Salvo situações devidamente identificadas no contrato e sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificadas no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a matéria relativa às notificações e comunicações é regulada nos termos do disposto nos artigos 467.º a 469.º do CCP.

Cláusula 20.ª

(Contagem dos prazos)

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.
2. A contagem dos prazos na fase de execução dos contratos obedece ao disposto no artigo 471.º do CCP.

Cláusula 21.ª

(Direito e legislação aplicáveis)

1. O contrato tem natureza administrativa e é regulado pela lei portuguesa.
2. Ao presente procedimento e em tudo o omissso e ou que não esteja especialmente previsto neste caderno de encargos, incluindo os seus anexos, aplicar-se-á o disposto no CCP, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/1, na sua versão atual, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

Cláusula 22.ª

(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

Cláusula 23.ª

(Partes integrantes)

1. Faz parte integrante deste caderno de encargos o seu anexo A – especificações técnicas dos lotes de equipamentos e o anexo B relativo aos locais de entrega.
2. Fazem sempre parte integrante do contrato, o caderno de encargos e seus anexos, o programa, a proposta adjudicada, bem como a correspondência trocada entre as partes e demais documentos contratuais.

ANEXO A

Especificações técnicas

O objeto do presente procedimento consiste na aquisição de lotes de equipamento, com as designações e características mínimas ou “equivalentes” a seguir apresentados:

Lote 1 - Armários para portáteis

Preço base: € 35 343,00

QT	DESCRIÇÃO
35	<p>Armário móvel, montado, com capacidade para, pelo menos, 16 portáteis de 15.6”, com as características mínimas seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none">• Equipado com sistema de carregamento dos computadores, com botão on/off, com cabo de alimentação para plug europeu;• Com sistema de ventilação silenciosa (ventilador e orifícios de ventilação), de forma a manter um ambiente sonoro e térmico confortável e adequado, para permanecer numa sala de aula;• Com 4 rodas, 2 delas com travões;• Com fechadura, com, pelo menos, duas chaves;• Com orifícios para passagem de cabos (apenas se necessário para assegurar o carregamento);• Deve ter as dimensões suficientes para acomodar os dezasseis computadores portáteis de 15.6”, previstos no segundo lote, admitindo-se que os compartimentos possam ter dimensão superior, desde que sejam ajustáveis para a dimensão pretendida.

Lote 2 – Computadores portáteis

Preço base: € 490 307,00

QT	DESCRIÇÃO
561	Computador Portátil de 15,6”, com as seguintes características mínimas:

	Sistema Central	
	Processador	Intel i5 Gen 11 ou equivalente
	N.º de <i>cores</i>	Quad Core
	Memória instalada (GB)	16
	N.º de ranhuras de memória livres	1
	Memoria total suportada	32
	Disco (GB)	512 PCIe
	Sistema Gráfico	
	Dimensão memória gráfica (MB)	1 000
	Saída de vídeo	HDMI
	Webcam integrada	Sim, 720p
	Ecrã	
	Tamanho imagem visível (polegadas)	15,6
	Tipo de écran	Convencional, não tátil, antirreflexo, <i>TN</i> ou <i>IPS</i>
	Resolução (píxeis)	FHD 1920x1080
	Nível de Brilho	220 nti
	Sistema de Som	
	Processador de som	Sim
	Microfone integrado	Sim
	Colunas integradas	Sim
	Conectividade	
	Controlador de rede Ethernet (RJ45) - (Mbps)	10/100/1000
	Wi-Fi com Bluetooth	802.11ax (2x2); 5.1
	Teclado	QWERTY Português, com teclado numérico, não retro iluminado

	Portas	1x USB 2.0, 1x USB 3.0, 1x USB-C 3.0, 1x HDMI 1.0, 1x Headphone / microphone combo jack (3.5mm)
	Leitor de SmartCard	Não
	Leitor de impressão digital	Não
	Certificação, normas e legislação	
	Eficiência energética	Energy Star
	Registo EPEAT	Bronze, Silver ou Gold
	Transporte	
	Mala/mochila	Mala do fabricante do portátil
	Periféricos	
	Rato	USB Ótico Scroll c/fio, do fabricante do portátil
	Software	
	Pré instalação de Sistema Operativo OEM/Licenciamento	Windows 11 Pro OEM Português

Lote 3 – Videoprojectores

Preço base: € 17.500,00

QT	DESCRIÇÃO
35	<p><i>Videoprojector, com as seguintes características mínimas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Com suporte de fixação ao teto ou tripé, para utilização interior; • Brilho: igual ou superior a 3600 ANSI Lumens • Distância de projeção, de pelo menos 1m-10m • Resolução: WXGA (1280x800), • Contraste: aproximadamente 22000:1 (pode admitir ligeiras variações) • Portas: 1xHDMI, 2xVGA, 1xUSB, 1xRS232

Lote 4 – Routers e pens

Preço base: € 7.500,00

QT	DESCRIÇÃO
35	Router wireless, equipado com porta USB para conexão à rede de dados móveis 4G/5G, Wi-Fi 6, com as características técnicas do modelo Asus Router RT-AX56U - Wireless-AX1800 Dual-Band - WI-FI 6 (é apenas modelo de referência).
35	Pen USB de dados móveis 4G/5G multioperador

Lote 5 – Computador para desenho gráfico e multimédia

Preço base: 25 000,00 €

QT	DESCRIÇÃO
16	<p>Computador para desenho gráfico e multimédia</p> <p>- Para utilização no curso de Técnico/a de Desenho Digital 3D e Técnico/a de Animação 2D e 3D. Deve possuir os requisitos que permitam a instalação/utilização de software AutoCAD 2D/3D</p> <p>Características mínimas ou equivalentes (qualquer referência a marcas é meramente exemplificativa):</p> <ul style="list-style-type: none"> • AMD Ryzen 7 Octa Core ou equivalente • Placa Gráfica 12GB, certificada para Autocad • 32GB Memória RAM (2x16GB) • Disco 1TB SSD M.2 NVMe • 3 Anos Garantia • Sistema Operativo Windows 11 OEM Pro Portugues • Teclado Ótico c/fio da marca do computador • Rato Ótico c/fio da marca do computador <p>Monitor:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 24" • IPS, Plano • Full HD • Resolução 1920 x 1080

Lote 6 – Impressora 3D

Preço base: 2 200,00 €

QT	DESCRIÇÃO
1	<p><i>Impressora 3D</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Impressão a mais do que uma cor, compatível com uma ampla gama de termoplásticos (incluindo, mas não limitados a PLA, PETG, ASA, ABS...)• Dimensões mínimas de impressão: 300x300x300mm• Placa 32 bits;• Com nivelamento automático da cama;• Conectividade: USB / SD card e ligação Ethernet / Wi-fi;• Com assistência técnica em Portugal

REQUISITOS TÉCNICOS E CONFORMIDADE DOS BENS:

1. O adjudicatário obriga-se a entregar à entidade adjudicante os equipamentos objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos, em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
2. Os equipamentos devem vir acompanhados da documentação técnica, incluindo manuais, fichas técnicas, certificados de garantia, certificações ambientais, e comprovativos de conformidade com as normas técnicas, regulamentos e diretivas e com a demais legislação que lhe seja aplicável.
3. O adjudicatário garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de dois anos, salvo se for indicado prazo superior na sua proposta, o qual se iniciará a partir da data de entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Especificações Técnicas do presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
4. Os equipamentos informáticos e os outros equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE), a que se refere a al. e) do n.º1 do art.º 2.º DL n.º 152-D/2017, de 11 de Dezembro, melhor identificados na lista exemplificativa do anexo I do citado diploma¹, devem ser abrangidos por um **plano de gestão**

¹ Lista indicativa de equipamentos elétricos e eletrónicos
(a que se refere o n.º 2 do artigo 2.º)

I - Categorias previstas na alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º:

Categoria 1: Equipamentos de regulação da temperatura:

de resíduos, que deverá incluir especificações técnicas relativas à durabilidade, reparabilidade e reciclabilidade, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de Dezembro, na sua redação vigente, com as alterações conferidas pelo DL n.º 11/2023, de 10/02 e que aprova o regime geral da gestão de resíduos, transpondo para a ordem jurídica interna, entre outras, a Diretiva (EU) 2018/849 do Parlamento Europeu e do Conselho de 30 de maio de 2018, que por sua vez, veio alterar a Diretiva 2012/19/UE relativa aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos e atento o preceituado no Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, alterado, por último, pela Lei n.º 52/2021, de 10 de agosto (UNILEX), que unifica o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produtor, transpondo as Diretivas n.ºs 2015/720/UE, 2016/774/UE e 2017/2096/UE).

5. Os equipamentos devem cumprir o definido no Decreto-Lei n.º 12/2011, de 24 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro, que, no âmbito da Estratégia Nacional da Energia 2020, estabelece os **requisitos para a conceção ecológica dos produtos relacionados com o consumo de energia** e transpõe a Diretiva n.º 2009/125/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro, quanto à sua conceção ecológica e eficiência energética.
6. Os equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE), que se encontrem abrangidos pelo âmbito de aplicação do Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, na redação atualmente vigente, com as alterações introduzidas, por último, pelo Decreto-Lei n.º 23/2023, de 05/04, que veio transpor para

a) Frigoríficos; b) Congeladores; c) Equipamentos de distribuição automática de produtos frios; d) Equipamentos de ar condicionado; e) Equipamentos desumidificadores; f) Bombas de calor; g) Radiadores a óleo; h) Outros equipamentos de regulação da temperatura que utilizem para o efeito outros fluidos que não a água.

Categoria 2: Ecrãs, monitores e equipamentos com ecrãs de superfície superior a 100 cm²:

a) Ecrãs; b) Aparelhos de televisão; c) Molduras fotográficas; d) LCD; e) Monitores, f) Computadores portáteis «laptop»; g) Computadores portáteis «notebook».

Categoria 3: Lâmpadas:

a) Lâmpadas fluorescentes clássicas; b) Lâmpadas fluorescentes compactas; c) Lâmpadas fluorescentes; d) Lâmpadas de descarga de alta intensidade, incluindo lâmpadas de sódio sob pressão e lâmpadas de haletos metálicos; e) Lâmpadas de sódio de baixa pressão; f) LED.

Categoria 4: Equipamentos de grandes dimensões:

a) Máquinas de lavar roupa; b) Secadores de roupa; c) Máquinas de lavar loiça; d) Fogões; e) Fornos elétricos; f) Placas de fogão elétricas; g) Luminárias; h) Equipamento para reproduzir sons ou imagens; i) Equipamento musical (excluindo tubos de órgãos instalados em igrejas); j) Aparelhos utilizados no tricô e tecelagem; k) Macrocomputadores (mainframes); l) Impressoras de grandes dimensões; m) Copiadoras de grandes dimensões; n) Caça-níqueis (slot machines) de grandes dimensões; o) Dispositivos médicos de grandes dimensões; p) Instrumentos de monitorização e controlo de grandes dimensões; q) Distribuidores automáticos de grandes dimensões que fornecem produtos e dinheiro; r) Painéis fotovoltaicos.

Categoria 5: Equipamentos de pequenas dimensões:

a) Aspiradores; b) Aparelhos de limpeza de alcatifas; c) Aparelhos utilizados na costura; d) Luminárias; e) Micro-ondas; f) Equipamentos de ventilação; g) Ferros de engomar; h) Torradeiras; i) Facas elétricas; j) Cafeteiras elétricas; k) Relógios; l) Máquinas de barbear elétricas; m) Balanças; n) Aparelhos para cortar o cabelo e outros aparelhos para o cuidado do corpo; o) Calculadoras de bolso; p) Aparelhos de rádio; q) Câmaras de vídeo; r) Gravadores de vídeo; s) Equipamentos de alta-fidelidade; t) Instrumentos musicais; u) Equipamento para reproduzir sons ou imagens; v) Brinquedos elétricos e eletrónicos; w) Equipamentos de desporto; x) Computadores para ciclismo, mergulho, corrida, remo, e outros desportos; y) Detetores de fumo; z) Reguladores de aquecimento; aa) Termóstatos; bb) Ferramentas elétricas e eletrónicas de pequenas dimensões; cc) Dispositivos médicos de pequenas dimensões; dd) Instrumentos de monitorização e controlo de pequenas dimensões; ee) Distribuidores automáticos de pequenas dimensões; ff) Equipamentos de pequenas dimensões com painéis fotovoltaicos integrados.

Categoria 6: Equipamentos informáticos e de telecomunicações de pequenas dimensões (com nenhuma dimensão externa superior a 50 cm):

a) Telemóveis; b) GPS; c) Calculadoras de bolso; d) Routers; e) Computadores pessoais f) Impressoras; g) Telefones

a ordem jurídica interna, a Diretiva n.º 2011/65/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2011, na sua versão consolidada, relativamente à restrição do uso de determinadas substâncias perigosas nos EEE, **não devem conter as substâncias perigosas** listadas no Anexo II da diretiva, exceto quando as concentrações por peso não ultrapassam os valores estabelecidos no referido diploma.

ANEXO B

Locais de entrega

A entrega dos equipamentos, deverá ser distribuída pelos seguintes locais, dentro dos horários de funcionamento e sempre mediante agendamento prévio:

Lotes		Local e Quantidades		TOTAL
		NFA	Est. Prisional V. Sousa	
1 - Armários		24	11	35
2 - Portáteis		385	176	561
3 - Videoprojectores		24	11	35
4 - Routers e pens	Routers	24	11	35
	Pens	24	11	35
5 – Computadores para Desenho Gráfico e Multimédia		16	0	16
6 - Impressora 3D		1	0	1

Núcleo de Formação de Alcoentre do CPJ (NFA)

Morada: Vale de Moinhos, 2065-016 Alcoentre

Horário: 9h00-12h30; 14h00-17h00

Localização através do link: <https://goo.gl/maps/wAc7hwJsVdc3Z5vr7>

Estabelecimento Prisional de Vale do Sousa

Morada: Alameda da Liberdade, 1, 4595-416 Seroa-Paços de Ferreira

Horário: 09h00-11h00; 14h00-17h00

Para que a entidade adjudicante possa dar cumprimento às suas obrigações no âmbito do PRR, os bens a fornecer devem ser entregues, **em dia e em horário a convencionar previamente com a entidade adjudicante**, mediante contacto eletrónico para o e-mail a identificar no contrato, sob pena de a prestação não ser aceite.